

Informativo Enermerco

2301

Acompanhamos você no Mercado Livre de Energia diariamente de maneira Exclusiva e Pró ativa. Somos "LIVRE COM VOCÊ".



Consumo (SIN)
66.794 Mw
Jan. 2023



Descolamento CMO
0 Mil
Jan. 2023



Bandeira Tarifária
VERDE
Jan. 2023



Geração
71.551 Mw
Jan. 2023



Encargos
R\$ 0 Milhões
Jan. 2023



Mercado de Energia x Tendência do PLD

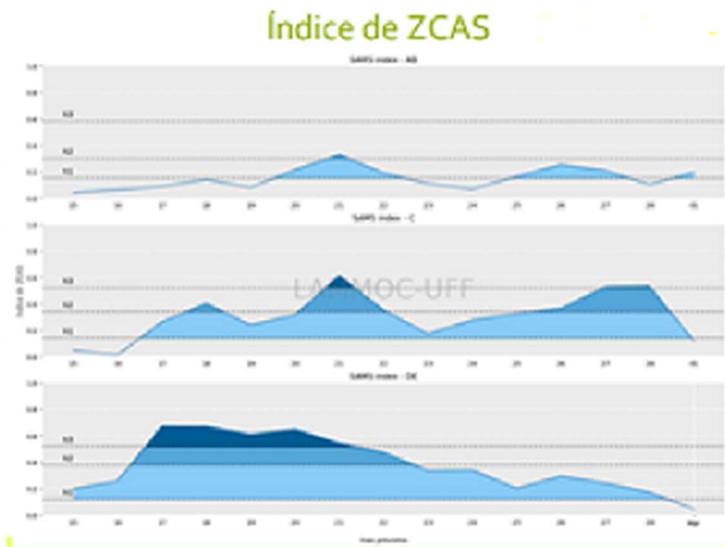
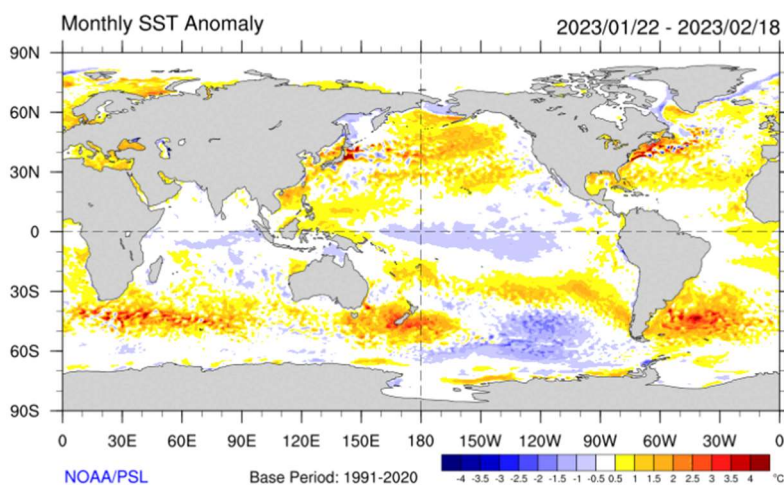
Ao longo do mês de fevereiro foi-se verificado na primeira quinzena do mês um acúmulo de chuvas menor do que o previsto. Porém, mesmo com volumes de menor expressão dos volumes pluviométricos os índices e níveis dos reservatórios permaneceram estáveis. Podemos evidenciar que nessa primeira quinzena de fevereiro a falta de chuva no estado gaúcho, com uma ênfase maior para o leste, acende uma luz de atenção para a região. Na virada para 2ª quinzena temos previsões com chuvas com volumes expressivos no Norte e Nordeste com a passagem de uma ZCIT (Zona de Convergência Inter Tropical), além da chegada de uma frente fria para a região sudeste. Essa em questão castigou o litoral Paulista com chuvas que chegaram a 700mm em menos de 24 horas. Essa mesma frente fria seguirá para região Sul causando fortes chuvas nos estados do Paraná, Santa Catarina e nordeste Gaúcho. Este por sinal, segue em estado de alerta visto as poucas previsões pluviométricas provisionadas para o leste e sul Gaúcho.

Destaca-se que no mês de fevereiro temos duas quinzenas bem distintas. Essa distinção de cenários entre as quinzenas se leva por zonas de alta pressão que impediram a chegada de chuvas mais volumosas e expressivas com uniformidade pelo país. Já na 2ª quinzena vemos várias projeções e previsões positivas ao que se refere aos volumes pluviométricos.

Para a geração de energia eólica e energia solar fotovoltaica temos previsões estáveis para o decorrer do mês de fevereiro, onde as mesmas se encontram em níveis estáveis de produção. Atualmente as duas gerações correspondem com cerca de 16% da produção da carga elétrica consumida no país.

Atualmente o armazenamento do Sistema Interligado Nacional se apresenta em um cenário muito positivo. Situados no período úmido, a previsão é de que os reservatórios continuem a subir devido as previsões pluviométricas, que por sua vez contribuirão para a manutenção dos níveis de MLT e ENA.

Para o primeiro trimestre de 2023 segue um aumento gradativo na temperatura da superfície do mar, influenciando bastante as regiões dos Niños e CBM (Confluência Brasil Malvinas). A expectativa é de configuração de El nino na região do nino 1+2 já para os primeiros meses de 2023. Tendo em vista essas previsões a expectativa para o segundo trimestre do ano como um todo é de mais chuva para o sul e sudeste, além de circulação de altas atmosféricas, isto é, bloqueios atmosféricos para o norte e nordeste do país.



O valor médio mensal de janeiro, ficou assim estabelecido:

	SE/CO	S	NE	N
PLD Médio Mensal	69,04	69,04	69,04	69,04

Para o mês de fevereiro, assim como de janeiro, a bandeira estabelecida foi a VERDE, com condições favoráveis à geração de energia. Criado pela ANEEL, o sistema de bandeiras tarifárias funciona como uma sinalização para que o consumidor de energia elétrica conheça, mês a mês, as condições e os custos de geração no País. Quando a produção nas usinas hidrelétricas (energia mais barata) está favorável, aciona-se a bandeira verde, sem acréscimos na tarifa. Em condições ruins, podem ser acionadas as bandeiras amarela, vermelha 1 ou vermelha 2.



Pierro Campestrini – Diretor da Enermerco

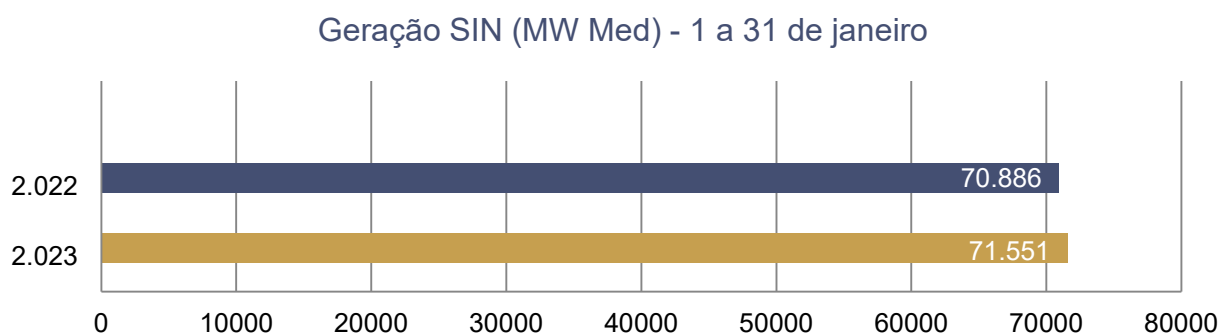
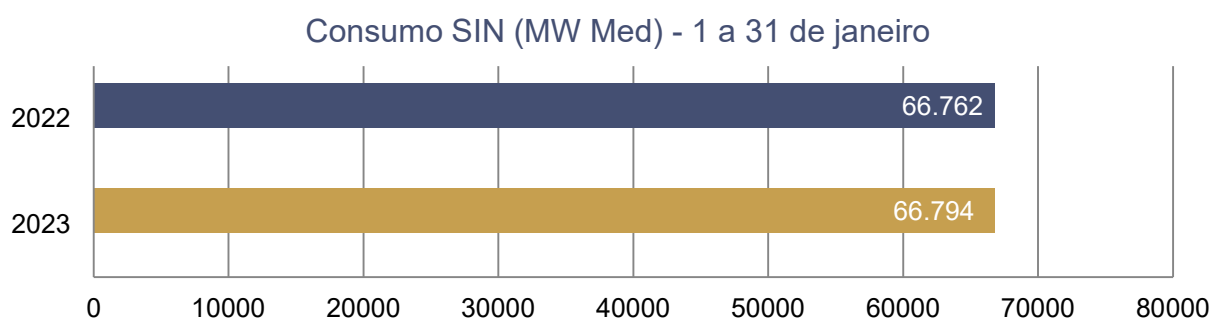


Geração e Consumo com pouco acréscimo

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, divulgou no final de setembro, novos comparativos de geração e consumo no SIN – Sistema Interligado Nacional.

O Sistema Interligado Nacional é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, sendo um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com diversos proprietários. O Sistema Interligado Nacional é constituído por quatro subsistemas: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e a maior parte da região Norte.

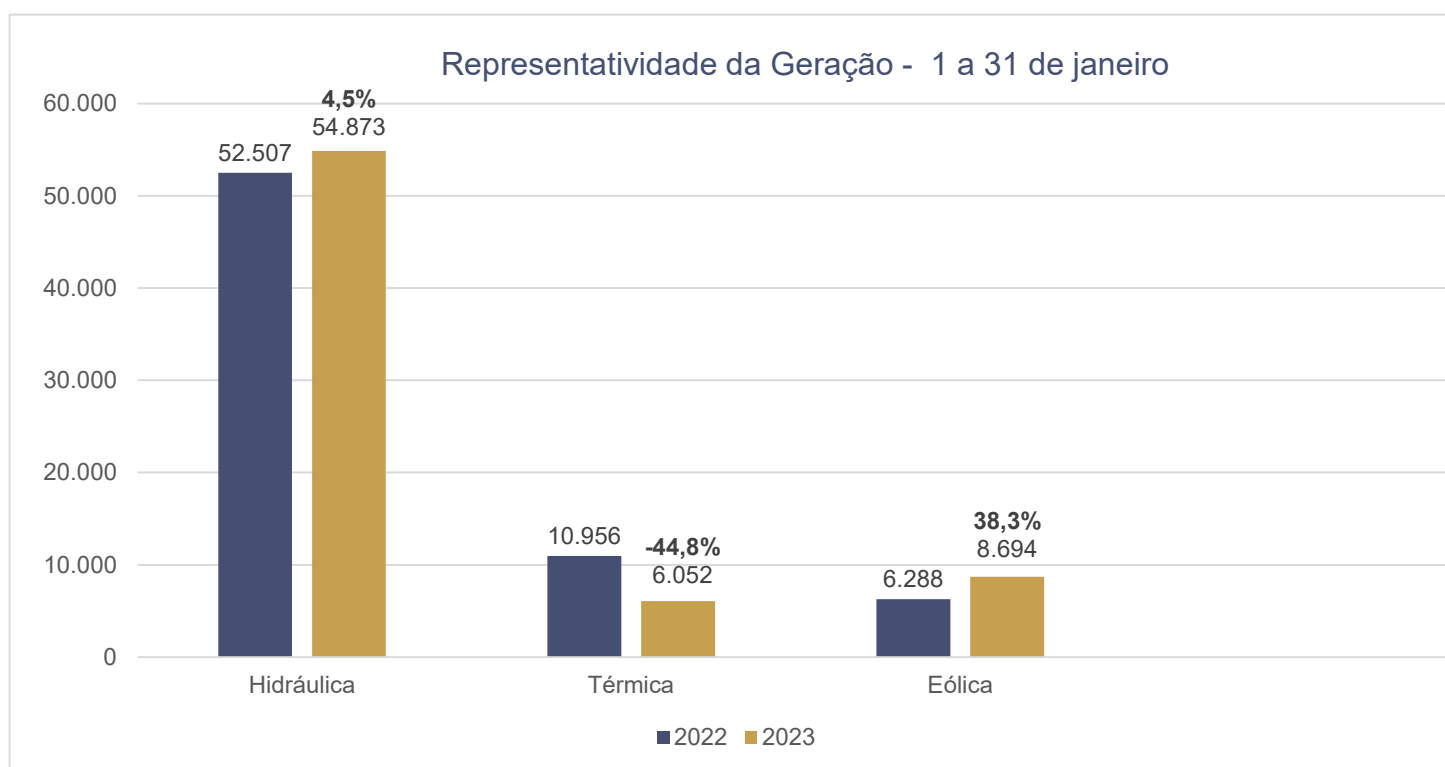
Em comparação ao mesmo período de 2022, temos leves acréscimos no consumo (0%) e na geração (0,9%):





Geração por Fonte de Energia

As fontes de geração, acima demonstradas, mostram parte do panorama da produção nacional. Em relação à comparação da geração com o mesmo período do ano anterior, constata-se um leve aumento na geração da energia hidráulica. Com isso, a geração térmica decaiu consideravelmente.





ENA, MLT e Nível dos Reservatórios

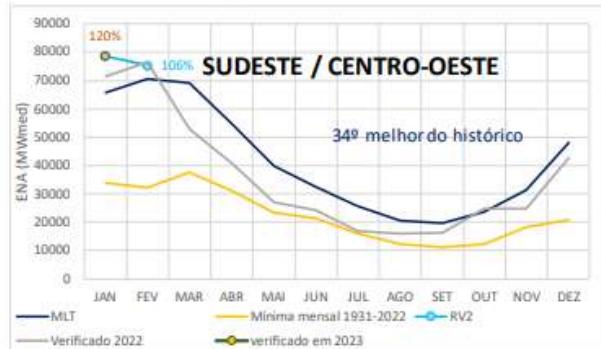
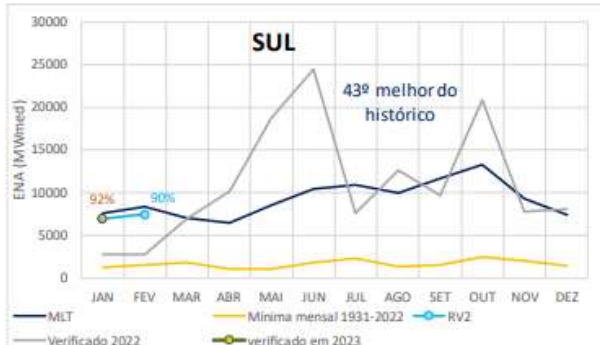
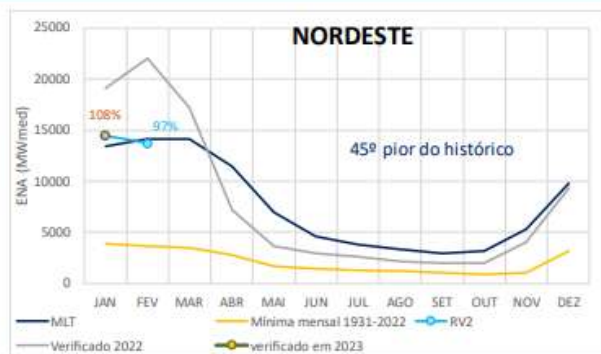
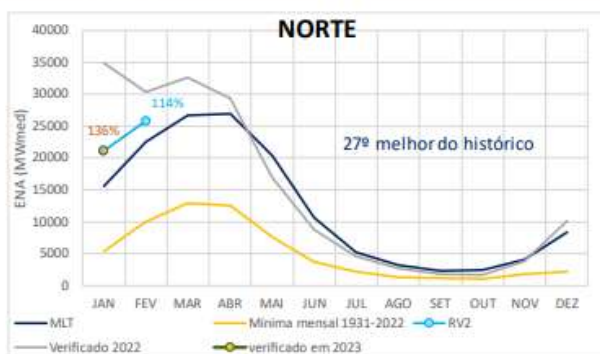
No mapa de Energia Natural Afluente do SIN, observamos os percentis da ENA em todos os Submercados. Trata-se de mais um parâmetro de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, que o ONS – Operador Nacional do Sistema, monitora para gerenciar a geração de energia elétrica do país.

No gráfico a seguir, temos a ENA acumulada do mês anterior, em cada submercado:

Energia Natural Afluente por submercado RV2 - Fevereiro/2023



SIN
122.351 MWmed
(106% da MLT)
31º melhorhist.

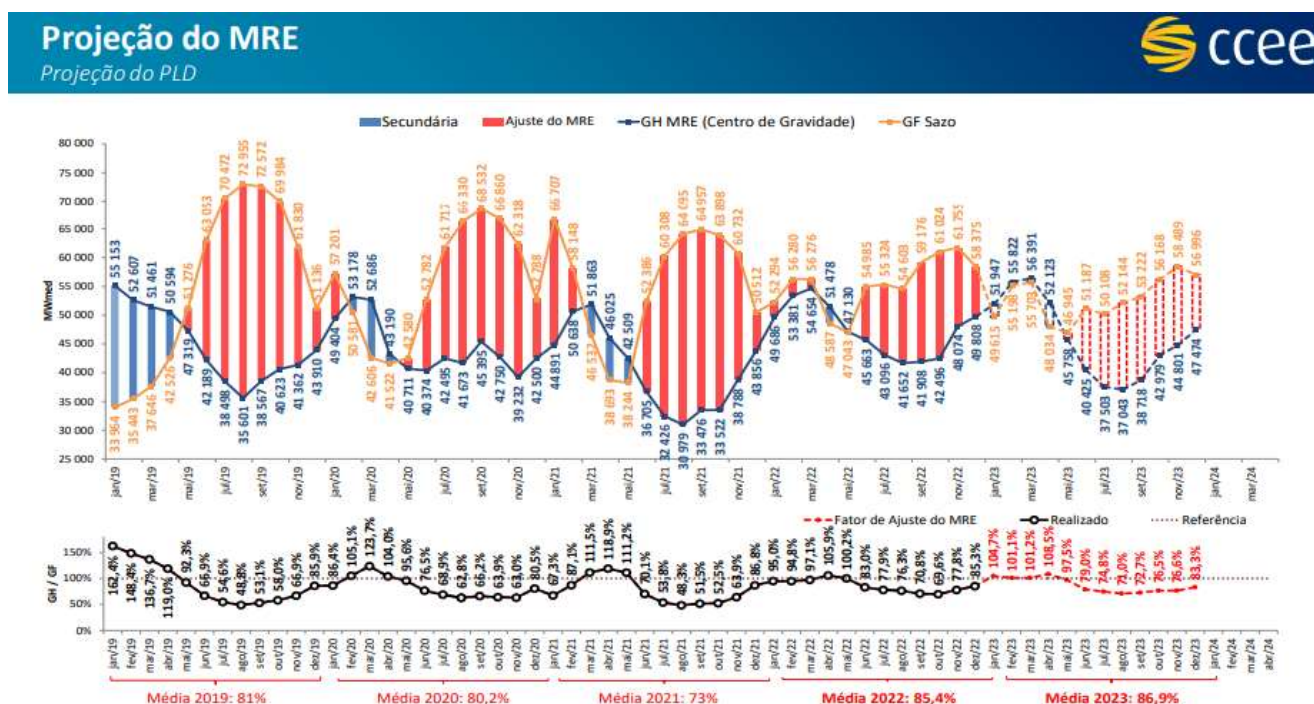




Fator de Ajuste de MRE

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN). Para verificar a quantidade de energia produzida em relação à garantia física das usinas pertencentes ao MRE, foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF. Ele mede a geração hidráulica em relação à garantia física, cujo cálculo é feito mensalmente pela CCEE.

Em janeiro, atingiu-se uma geração de 104,7% em relação às Garantias Físicas para o ano de 2023:



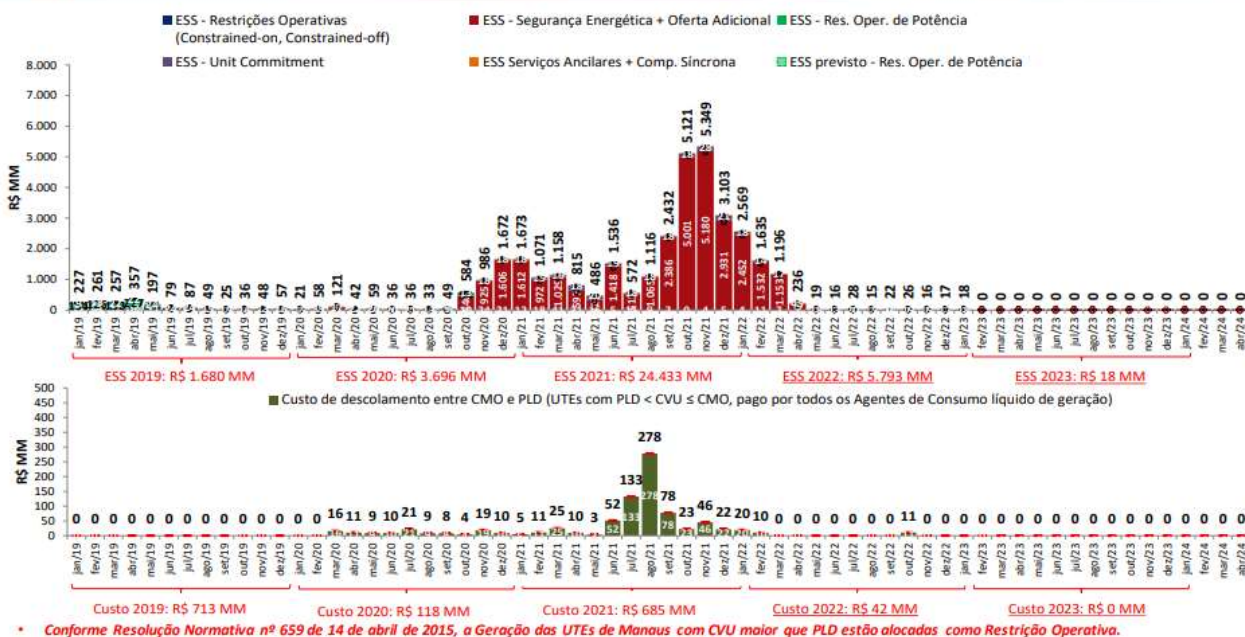


Encargos de Sistema (ESS, ESE, CDE)

Os custos decorrentes da manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema no atendimento à demanda por energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) são denominados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Estes valores são pagos por todos agentes com medição de consumo registrada na CCEE, na proporção de seu consumo. Os ESS são expressos em R\$/MWh.

No mês de janeiro/2023, somando os Encargos de Serviço do Sistema, dentre as Restrições Operativas e as de Segurança Energética, obteve-se um total de R\$ 0 milhões. Acompanhe como este resultado se solidificou:

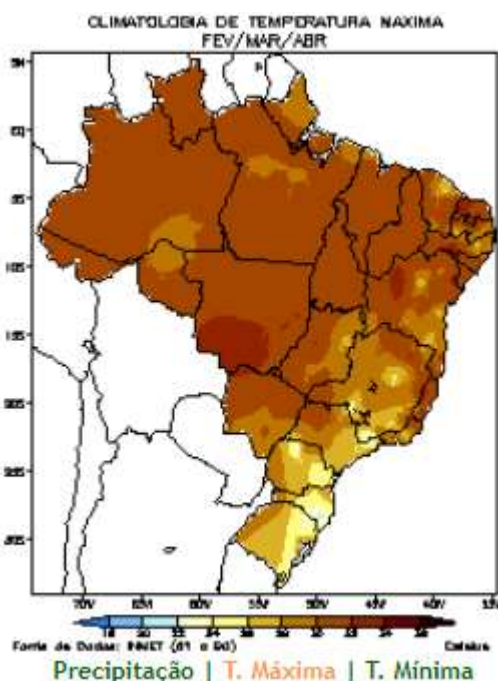
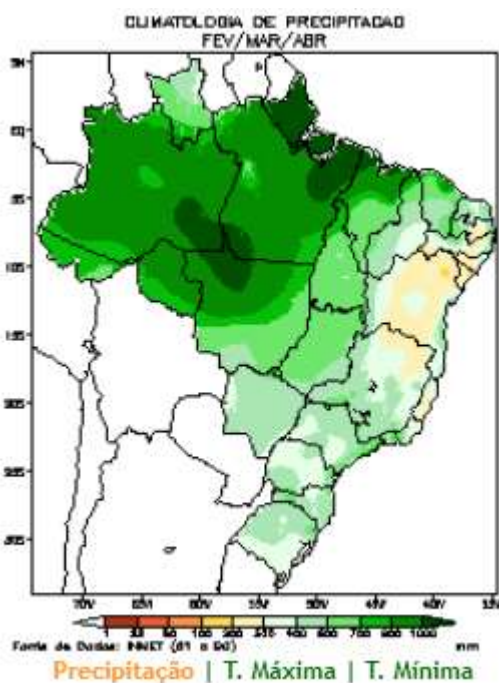
Projeção de ESS e Custos devido ao descolamento entre CMO e PLD





Previsão Climatológica Trimestral

Este trimestre é considerado de transição e caracteriza-se pela proximidade da ZCIT sobre o norte do Brasil. Isto provoca dias mais chuvosos em toda faixa norte do Brasil e mantém a Região Norte com poucas mudanças com relação ao trimestre anterior. Devido ao posicionamento mais ao sul ZCIT, o setor norte da Região Nordeste experimenta um aumento das chuvas, com máximo durante abril. Por outro lado, as Regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam uma diminuição gradativa da precipitação já no mês de março. De modo geral, a Região Sul apresenta pouca mudança no Rio Grande do Sul, enquanto que o Paraná e o leste de Santa Catarina evidenciam redução dos totais pluviométricos em comparação com o trimestre anterior. No final deste trimestre, inicia-se o declínio das temperaturas mínimas na Região Sul do Brasil e das temperaturas máximas nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. As climatologias de precipitação e temperaturas máxima e mínima, no Brasil, são mostradas a seguir:





NOTÍCIAS

Aneel regulamenta marco legal da micro e da minigeração distribuída

A regulamentação garante incentivos à instalação da microgeração e da minigeração distribuídas com maior sustentabilidade, mitigando o impacto tarifário para os consumidores não usuários desses sistemas.



Aneel regulamenta marco legal da micro e da minigeração distribuída

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), regulamentou, nesta terça-feira (07/02), a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da microgeração e minigeração distribuídas. Com a regulamentação, ficam garantidos os incentivos à instalação da microgeração e da minigeração distribuídas, mas com maior sustentabilidade, na medida em que mitiga o impacto tarifário para os consumidores não usuários desses sistemas.

A regulamentação se soma às diretrizes do MME para diversificar e tornar a matriz elétrica brasileira cada vez mais limpa, em benefício dos cidadãos brasileiros.

Conforme estabelece a lei, os projetos de mini e microgeração distribuídas que solicitaram aprovação até 06 de janeiro deste ano vão manter os benefícios previstos até 2045. De 2023 até 2029, fica estabelecido um período de transição no qual a micro e a minigeração distribuídas passarão a contribuir gradativamente com o pagamento dos custos da rede de distribuição.

A regulamentação da lei é significativa para o setor elétrico brasileiro e ocorre após longo processo de discussões e debates com agentes do setor e interessados no tema, no qual foram ouvidas todas as áreas técnicas, inclusive a Procuradoria Federal.



Segundo a Aneel, desde a publicação da Lei 14.300/2022, foram efetivadas pelas distribuidoras de todo o Brasil mais de 780 mil conexões de micro e de minigeração distribuída, totalizando mais de 7,6 GW de potência instalada. Esses números representam um aumento de 60% em relação às conexões e 54% da potência instalada em relação ao verificado nos 13 meses anteriores à publicação da lei.

Governo Lula deve retomar liderança na articulação política e avançar transição energética

Leandro Gabiatti afirmou durante 2º Meet Up da Comunidade CanalEnergia que forma de buscar soluções às agendas deverá ser significativamente diferente do visto nos últimos 7 anos

O terceiro mandato do presidente Lula deverá retomar o protagonismo de atuação do Executivo diante do legislativo, diferentemente do que foi a prática do último governo. Essa é a avaliação do cientista político Leandro Gabiatti, durante o segundo Meet Up da Comunidade CanalEnergia no WhatsApp, evento realizado no último dia, 5 de fevereiro. Com essa perspectiva em vista, o executivo acredita que as pautas do governo deverão ser retomadas diante do que é o plano do PT à frente da Presidência, entre eles, o avanço destacado da transição energética, um ponto que é transversal a diversas pastas de atuação, não se limitando apenas ao Ministério de Minas e Energia.

Gabiatti afirmou que o fato de ainda não se ter uma sinalização de agenda prioritária do MME nesse momento não deve representar um problema que possa levar o legislativo a ter uma atuação mais incisiva quanto à formulação de políticas públicas ou de regulação do setor elétrico, como foi feito, principalmente, nos mandatos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro.

Ele não vê problemas na demora pela escolha do secretário-executivo por parte do MME. “As pessoas têm que entender que a política tem o seu tempo de atuação. Estamos com pouco mais de 45 dias de governo e sem a indicação, mas não vejo problema nisso porque esse governo é marcado pela negociação e a política é assim, o governo Lula, assim como os seus mandatos anteriores foram caracterizados pela articulação política que demora e está no tempo dela, que é diferente do timing de empresas”, afirmou ele.



Gabiatti lembra que a nomeação de Thiago Barral e Gentil de Sá para secretarias do MME mostram que a escolha deverá estar no campo técnico para o número 2 do ministério. E destacou que o mercado como um todo gostou desses dois nomes por serem profissionais de renome no mercado e que possuem alta qualificação no setor, características que deverão permear a escolha do secretário-executivo. Contudo, esse nome deverá ficar mesmo para depois do carnaval.

Na agenda de governo, Gabiatti citou que o setor elétrico concorre com agendas econômicas e que são mais sensíveis à política. Estão nesse hall de assuntos, a reforma tributária, questões relacionadas às metas de inflação. Esses assuntos acabam tendo um apelo mais forte e de maior alcance, mas diz que as pautas como eólica offshore, créditos de carbono e até mesmo o PL 414 podem avançar no país. E avaliou que assuntos relacionados a 'costumes da sociedade' não devem ser encaminhados.

Abradee vai atuar no STF para reverter decisão do ICMS

Associação quer mostrar ao plenário do Supremo todos os efeitos da decisão e que lei aprovada traz benefícios ao consumidor

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica vai atuar junto ao Supremo Tribunal Federal pela redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre a energia elétrica. O diretor Institucional e Jurídico da entidade, Wagner Ferreira, afirma que a Lei Complementar 194/2022, que estabeleceu teto de 18% para o imposto, é constitucional e deve prevalecer. De acordo com ele, a liminar proferida pelo ministro Luiz Fux dá um passo atrás, uma vez que estava havendo redução da conta e a medida aprovada pelo Congresso Nacional surtia o efeito desejado.

Segundo Ferreira, a associação vai trabalhar para que o plenário da Corte tenha acesso a todos os efeitos da decisão e possa validar a redução que teve o ICMS sobre a energia elétrica. Ele destaca que as distribuidoras são apenas as arrecadoras do imposto e que a lei, além de correta, favorece a prosperidade do país, por ser capaz de ampliar o poder de compra do cidadão, aumentar a competitividade das indústrias e acelerar o desenvolvimento.



Os estados que já adequaram a base de cálculo do ICMS em atendimento à lei 194/2022 terão aumento na conta de luz em torno de 10%. Por outro lado, aqueles estados que ainda não haviam ajustado a nova regulamentação serão injustamente beneficiados pela decisão do STF. Para o diretor da Abradee, os estados que resistiram ao cumprimento da lei desde agosto do ano passado, justamente porque não queriam reduzir, continuarão com o mesmo status: cobrando o ICMS sobre aquela base de cálculo, que são os serviços de distribuição, transmissão e encargos setoriais.

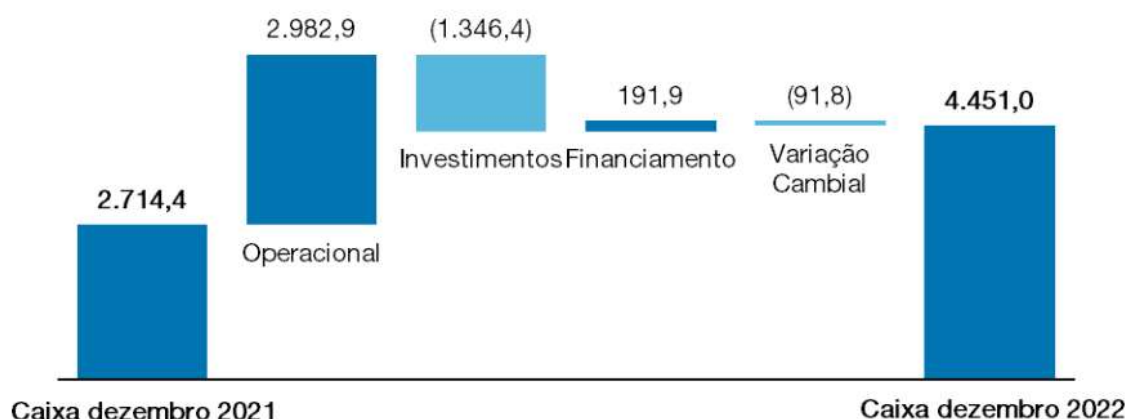
Desde a implementação da Lei 194/22, apenas Distrito Federal, Minas Gerais, Rondônia, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul tinham regulamentado completamente a redução do ICMS.

Lucro da WEG sobe 17,3% e atinge R\$ 4,2 bi em 2022

Ebitda teve alta de 20% e totalizou R\$ 5,6 bilhões, enquanto receita líquida subiu quase 27% para R\$ 29,9 bilhões

A WEG fechou 2022 com lucro líquido consolidado de R\$ 4,2 bilhões, avanço de 17,3% em relação ao ano anterior. O Ebitda totalizou R\$ 5,6 bilhões, subindo 20,1%, enquanto a receita líquida somou R\$ 29,9 bilhões, alta de 26,91% na comparação anual. A multinacional catarinense apresentou suas demonstrações financeiras consolidadas de 2022 e do último trimestre, reportando R\$ 14,864 bilhões de vendas no mercado interno, com crescimento de 38,4% e representando 49,7% da Receita Operacional Líquida (ROL) total.

Por sua vez o mercado externo respondeu por R\$ 15,040 bilhões, aumento de 17,3% e perfazendo 50,3% da ROL total. O resultado financeiro ficou positivo em R\$ 64,1 milhões. “Além





do aumento da remuneração sobre as aplicações financeiras em 2022, vale lembrar que os resultados de 2021 e 2022 foram impactados pelo reconhecimento da atualização monetária sobre os créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R\$ 138,9 milhões e R\$ 25,4 milhões, respectivamente”, destaca a companhia em seu relatório.

Os investimentos em ativos fixos para expansão e modernização de capacidade produtiva somaram R\$ 1,1 bilhão no período, sendo 52% destinados ao Brasil e 48% aos parques industriais e subsidiárias internacionais. Como destaques, a companhia citou o aprimoramento, automação e robotização dos processos e aportes relacionados à expansão e construção em algumas unidades estratégicas ao longo do ano.

“No Brasil destacamos o início do projeto de expansão em Jaraguá do Sul, com a construção de uma nova fábrica dedicada à motores industriais e de mobilidade elétrica, além da ampliação da fábrica de transformadores de grande porte em Betim”, informa.

No exterior, a fabricante ressalta os anúncios recentes das novas unidades de Portugal e Turquia, além da conclusão da construção da nova fábrica de motores industriais de baixa tensão na Índia e ampliações as unidades da América do Norte, tanto para as fábricas de motores industriais quanto para transformadores.

Resultado trimestral

A Weg encerrou quarto trimestre do ano passado com lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão, 36,5% superior ao mesmo período de 2021 e 3% maior do que o trimestre anterior. O Ebitda chegou a R\$ 1,5 bilhão, alta de 38,6% e baixa de 0,6% ante o trimestre anterior, enquanto a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 7,9 bilhões, 22% acima no comparativo anual e 0,9% maior no trimestral.

Dividendos

Por fim o conselho de administração da companhia decidiu declarar R\$ 949,5 milhões em dividendos complementares, correspondente a R\$ 0,226303730 por ação aos titulares em 17 de fevereiro de 2023. Esse pagamento, bem como o dos juros sobre capital próprio (JCP) declarados em setembro e dezembro de 2022, ocorrerá em 15 de março de 2023. Informações adicionais podem ser obtidas no Banco Bradesco.



Inmetro reduz autonomia dos carros elétricos declarada pelas marcas

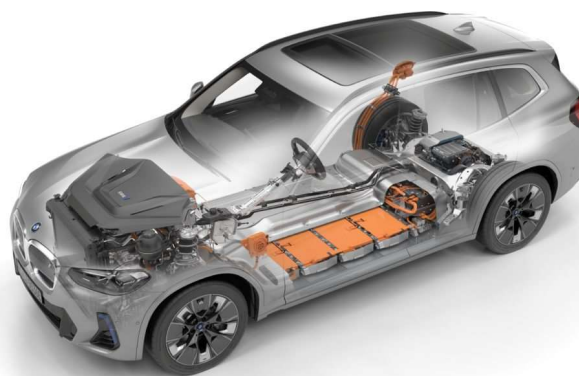
Nova metodologia do Inmetro quer fornecer dados de autonomia com cálculo mais realista; pelo órgão, elétricos perderão 30% do alcance atual

Quando se fala em autonomia de veículos, sabe-se que tal número é relativo. Seja para motores a combustão, ou para elétricos, o valor declarado de alcance sofre variações pela forma de dirigir de cada motorista, pelas condições de pista ou até mesmo pelo clima. Ultimamente, com o avanço dos carros alimentados por baterias, passou-se a falar ainda mais sobre a autonomia. Mas até agora não havia um padrão brasileiro de aferição desse alcance.



*Volvo XC40 tem autonomia reduzida de 420 km para 231 km -
Crédito: Volvo/Divulgação*

Pois o Inmetro começou a mensurar e "corrigir" os dados declarados de autonomia dos veículos elétricos. Até agora, era comum usar números no padrão europeu WLTP. Ou no EPA, utilizado pelos norte-americanos. Ou ainda no padrão NDEC, dos chineses. Pois a medição brasileira vem trazer esses números mais para perto da realidade daqui.



Crédito: BMW/Divulgação

Ao site Use Elétrico, especializado em veículos a baterias (BEVs), o presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), Adalberto Maluf, afirmou que a nova metodologia chegará em breve a todas as montadoras. E que isso vai alterar os números declarados até então.



INFORMATIVO ENERMERC

www.enermerco.com.br
informativo@enermerco.com.br

Fontes: AGENCIA SENADO - ANEEL – ABRAPCH – CANAL NEGÓCIOS - CANAL ENERGIA –
CNN - ESTADÃO – EXAME – FOLHA - GAZETA DO POVO - OCESC - INFOCLIMA – ONS –
MME – NSC TOTAL - PORTAL G1 – PORTAL GLOBO.COM – REVISTA VEJA – VALOR
ECONÔMICO

Enermerco Comercializadora de Energia EIRELI EPP



Av. 7 de Setembro, 140, Sala 06 – Centro

Timbó - SC – 89.120-000

(47) 3380-0771

www.enermerco.com.br

